

O MOVIMENTO DOS FAVELADOS SOB A DITADURA: Análise de conteúdo do Estado de Minas entre 1962 e 1984

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

STACANELLI, Sofia Camporioni

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Bolsista de Iniciação Científica do Laboratório da Paisagem - Escola de Arquitetura; Universidade Federal de Minas Gerais
sofiacamporioni@gmail.com

BARCELLOS DE SOUZA, Gisela

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP); Professora Adjunta e coordenadora do Laboratório da Paisagem; Departamento de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais
gisela.barcellosdesouza@gmail.com

RESUMO

O artigo explora a lacuna existente entre o movimento dos favelados de Belo Horizonte anterior ao golpe civil-militar e aquele que se organizou durante a reabertura política. Busca-se identificar os fios que conectam um e outro movimento. Para isso, realizou-se o escrutínio das notícias concernentes às favelas e aos favelados publicadas no jornal Estado de Minas entre o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados (1962) e a regulamentação do Profavela (1984). Identificou-se iniciativas de criação de novas entidades representantes dos favelados, mesmo nos piores anos da ditadura. A análise pormenorizada da cobertura jornalística, por meio do método de análise de conteúdo de Bardin, acerca das tentativas de ocupação, surgimentos e remoções de favelas nesse período foi contrastada com a atuação das organizações identificadas. As evidências encontradas expandem o repertório acerca do tema e problematizam a narrativa que reitera a ruptura do movimento dos favelados com a Ditadura Civil-Militar.

Palavras-chave: Entidades Representativas; Movimento dos Favelados; Cobertura Jornalística; Ditadura Civil-Militar.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This article explores the gap between the favela dwellers' movement in Belo Horizonte prior to the civil-military coup and the movement that organized during the political reopening of the dictatorship. It seeks to identify the threads connecting these two movements. To this end, news concerning favelas and their inhabitants published in the Estado de Minas newspaper between the First Congress of Favela Workers (1962) and the regulation of the Profavela program (1984) was scrutinized. Initiatives to create new representative entities for favela residents were identified, even during the worst years of the dictatorship. A detailed analysis of journalistic coverage, using Bardin's content analysis method, of attempts at occupation, the emergence of favelas, and their removal during this period was contrasted with the actions of the identified organizations. The evidence found expands the understanding of the subject and problematizes the narrative that reiterates the rupture between the favela dwellers' movement and the Civil-Military Dictatorship.

Keywords: *Representative entities; Favela residents' movement; Journalistic Coverage; Civil-Military Dictatorship.*

RESUMEN

Este artículo explora la brecha entre el movimiento de los habitantes de las favelas en Belo Horizonte antes del golpe cívico-militar y el movimiento que se organizó durante la reapertura política de la dictadura. Busca identificar los vínculos que conectan ambos movimientos. Para ello, se analizaron las noticias sobre las favelas y sus habitantes publicadas en el periódico Estado de Minas entre el Primer Congreso de Trabajadores de las Favelas (1962) y la regulación del programa Profavela (1984). Se identificaron iniciativas para crear nuevas entidades representativas de los residentes de las favelas, incluso durante los peores años de la dictadura. Un análisis detallado de la cobertura periodística, mediante el método de análisis de contenido de Bardin, de los intentos de ocupación, el surgimiento de las favelas y su desalojo durante este período se contrastó con las acciones de las organizaciones identificadas. La evidencia encontrada amplía la comprensión del tema y problematiza la narrativa que reitera la ruptura entre el movimiento de los habitantes de las favelas y la dictadura cívico-militar.

Palabras clave: *Entidades representativas; Movimiento de residentes de favelas; Cobertura periodística; Dictadura cívico-militar.*

INTRODUÇÃO

Concomitante ao agravamento dos conflitos urbanos em Belo Horizonte na década de 50 e às reformas de base propostas pelo governo João Goulart, desenvolveu-se na capital mineira um movimento dos favelados amplamente organizado (Oliveira, 2010). O golpe civil-militar interditou esta organização visando sua desarticulação. Estudos sobre o tema apontam que somente no período de abertura política no país, entre as décadas de 70 e 80, surgiu uma nova entidade representativa com tamanha influência: a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) (Afonso, 1987). Apesar de Somarriba, Valadares e Afonso (1984) mencionarem a existência de reuniões clandestinas de favelados durante a ditadura, não são informadas as fontes que embasam tal afirmação, nem qual a representatividade dessas. Pouco se sabe sobre os fios que conectam os movimentos liderados pela FTFBH e pela UTP, o que corrobora a compreensão de que se trata de dois movimentos distintos e separados pela Ditadura. O presente artigo visa contribuir para o preenchimento desta lacuna.

As favelas estão presentes em Belo Horizonte desde sua fundação em 1897, quando os trabalhadores desalojados ergueram as primeiras moradias informais (Guimarães, 1991). A primeira experiência de organização dos favelados na luta contra ações de despejo coletivo data, no entanto, de 1948 (Oliveira, 2014). O surgimento das primeiras associações de defesa coincide temporalmente com a intensificação do fenômeno urbano das favelas. Os trabalhadores vindos do interior a partir de 1940 não encontraram espaço na nova capital, passando então a ocupar as áreas vazias da cidade: terrenos acidentados perto da região central (Afonso, 1987). Em 1948, liderados por Padre Lage, os moradores da Vila Marmiteiros constituíram a primeira União de Defesa Coletiva, opondo-se à ação de despejo movida pela Empresa Mineira de Terrenos (Oliveira, 2010; Lage, 1988). Tal organização propulsiona a criação de UDCs em outras favelas e torna-se emblemática em nível nacional, como relata padre Lage:

Pouco importa que hoje não exista mais a Vila de São Vicente ou dos Marmiteiros, cuja desapropriação deu lugar a uma bela avenida. Provou-se à sociedade a capacidade de organização dos favelados brasileiros, na Associação de Defesa Coletiva (...) na luta pelo direito de morar (Lage, 1988, p. 73).

Com base na reunião de várias Uniões de Defesas Coletivas, tem-se em 1959, a criação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Buscava-se, por meio dessa, forjar

PENSAR FORA DO EIXO

uma nova identidade para o favelado e contestar a administração municipal (Oliveira, 2010), almejava-se contribuir para a descaracterização da imagem pejorativa das favelas, a luta contra despejos coletivos e a defesa do direito de morar (Oliveira, 2010). Até o advento do Golpe Militar de 1964, houve forte engajamento por parte dos favelados, representados pela Federação dos Trabalhadores Favelados de BH (FTFBH), além do envolvimento de líderes sindicais, políticos e religiosos, que culminou na realização de manifestações, passeatas, assembléias e ocupações organizadas (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984). O Golpe Civil-Militar suprimiu essa mobilização, com a intervenção e dissolução das principais entidades — FTFBH, Departamento de Bairros e Habitações Populares (DBP) e UDCs — e prisão de seus principais líderes — Francisco Nascimento, Dimas Perrin, padre Lage, Vicente Gonçalves e Felipe Cupertino (Stacanelli; Barcellos de Souza; Maciel, 2025). A partir de então, a administração municipal adota uma política de desfavelamento caracterizada pela repressão policial, destruição de barracos e supressão de novas ocupações (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984). Em 1965 é instituída a Comissão de Desfavelamento e em 1971 o antigo Departamento de Habitação e Bairros Populares (DBP) é substituído pela Chisbel — Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (Oliveira, 2014). Ambos órgãos de gestão da Prefeitura contribuíram para o retrocesso das conquistas sociais obtidas até então pelos favelados, como, por exemplo, o direito de manifestação, a requalificação urbana das favelas e a interlocução entre os líderes favelados e a administração municipal (Afonso, 1987).

Após anos de clausura, as chuvas de 1978 possibilitaram que a questão das favelas e dos favelados voltassem às manchetes da grande mídia (Afonso, 1987). Neste momento, não se tratava mais da FTFBH, mas sim da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) que, com o apoio da Pastoral das Favelas, consegue organizar novas manifestações e congressos de favelados. A ação conjunta permitiu sensibilizar setores dentro da gestão do estado. Junto à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, criou-se em 1979 o Prodecom — Programa de desenvolvimento de comunidades — que teve como uma de suas linhas de ação a realização de melhorias em favelas (Porto; Barcellos de Souza; Nobre, 2020). Tal movimento levaria à elaboração da minuta do Profavela — Programa Municipal de Regularização de Favelas que seria aprovado em 1983 e, após grandes manifestações dos favelados, foi regulamentado em 1984. A rápida ascensão pública deste movimento que encabeça e propõe soluções a questões caras àquele

PENSAR FORA DO EIXO

anterior ao golpe civil-militar — a regularização da posse (Barcellos et al.; 2025) — ainda não foi devidamente investigada.

O presente artigo propõe investigar os fios que se conectam a ambos os movimentos — a FTFBH e a UTP. Busca-se compreender como se deu a atuação do movimento dos favelados durante a ditadura civil-militar, quais foram as estratégias ensejadas que possibilitaram sua sobrevivência, por meio dos vestígios e rastros que puderam transparecer na grande mídia. Para tanto, trabalhou-se com a análise de conteúdo de um *corpus* composto por reportagens veiculadas sobre favelas e movimento dos favelados entre o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados, em 1962, e a regulamentação do Profavela, em 1984 no Estado de Minas. A escolha por este editorial se deu pelo fato de, além de ser um representante da grande mídia, não ter tido interrupção em sua periodicidade de publicação antes e depois do golpe, permitindo comparar os cenários antes do golpe, durante a ditadura e após a abertura política. O *corpus* obtido foi analisado segundo o método de análise do conteúdo (Bardin, 2011), de modo a observar a frequência de menção a favelas como um todo e sob temas específicos — surgimentos, remoções e entidades.

Nesse sentido, o artigo estrutura-se em quatro seções. Na primeira seção, caracteriza-se a linha editorial do jornal Estado de Minas e apresenta-se um panorama geral de sua cobertura jornalística entre 1962 e 1984, visando identificar a frequência de notícias relacionadas a favelas e comparar o quantitativo de reportagens que mencionam tentativas de ocupações, surgimentos e remoções de favelas. Na sequência, o artigo analisa como este jornal abordou a FTFBH, entidade precedente à Ditadura responsável pela organização do I Congresso dos Trabalhadores Favelados, descrevendo seu modo de atuação e como se deu a articulação com a administração municipal. Na terceira seção do artigo, apresenta-se o grande achado desta pesquisa: tentativas de novas organizações de favelados que conseguiram transparecer nas páginas do Estado de Minas entre 1964 e 1978. Buscou-se compreender esses intentos de rearticulação do movimento por meio das reportagens que nos permitiram entrevistá-los, especificando quais entidades atuaram nesse período e qual narrativa foi utilizada pelo noticiário para descrevê-las. Por fim, na última seção, destaca-se a atividade da UTP, em conjunto com a Pastoral de Favelas, e sua influência na mobilização popular para a aprovação da primeira lei que possibilitou a regularização da posse de terras nas favelas do Brasil: o Profavela.

1 PANORAMA DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO MOVIMENTO DOS FAVELADOS NO ESTADO DE MINAS ENTRE 1962 E 1984

Com a instauração do golpe civil-militar, a grande imprensa brasileira não apenas festejou o feito, como inclusive, em alguns casos, chegou a sugerir próximos passos a serem seguidos (Gaspari, 2002). À exceção do jornal “Última Hora”, toda a mídia tradicional contribuiu para “configurar o notável apoio civil conferido ao Golpe de 1964” (Motta, 2013, p. 63). Se, para muitos jornais da grande mídia, essa recepção nem sempre significou uma adesão total a pauta da extrema-direita que se colocava, visto que suas relações “com o regime militar foram marcadas por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica” (idem, p. 63), o mesmo não se pode dizer sobre o Estado de Minas.

Starling (1986) mostra como o Estado de Minas, ainda que não tenha tido papel protagonista dentre os articuladores do golpe, apoiava as ações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), fundado em Minas Gerais em 1962. Os nomes de Geraldo Teixeira da Costa e Pedro Aguinaldo Fulgêncio — diretores dos Diários Associados em Minas Gerais, grupo editorial responsável pela edição desse jornal — e de seu gerente-geral, Theódulo Pereira, foram os primeiros citados em documento organizado pelo IPES-MG que destacava as pessoas na imprensa que melhor poderiam contribuir para a atividade na luta contra o comunismo (Starling, 1986). Com o golpe, o jornal seria inclusive beneficiado:

A vitória do golpe de 1964 não significou apenas o sucesso da tese [anticomunista] que a publicação defendia. Significou, sobretudo, o fim das ameaças provocadas pelos concorrentes em Minas. Aliás, publicações que os Associados não mediram esforços para liquidar, a partir de denúncias, perseguições e de ameaças a anunciantes que insistiam em investir em “páginas adversárias”. Sem os entraves de antes, o Estado de Minas passa a atuar como narrador e comentarista político dos fatos, em suma, como um “ator político” conservador, que se beneficia da nova situação que ele ajudou e contribuiu para consolidar. (Carrato, 2015, p.1)

Ora, diante de tal alinhamento, não seria demasiado supor que a cobertura de posições dissonantes à ditadura e aos ideais dos empresários que a apoiaram viesse a reduzir após 1964. Dentre essas se situa, obviamente, a atuação do movimento dos favelados, cujo líder, Francisco Nascimento, era um dos comunistas que o IEPS visava banir (Starling, 1986). Como destaca Carrato (2015, p.1), “quem lesse as edições do Estado de Minas no final dos anos 1960 e durante

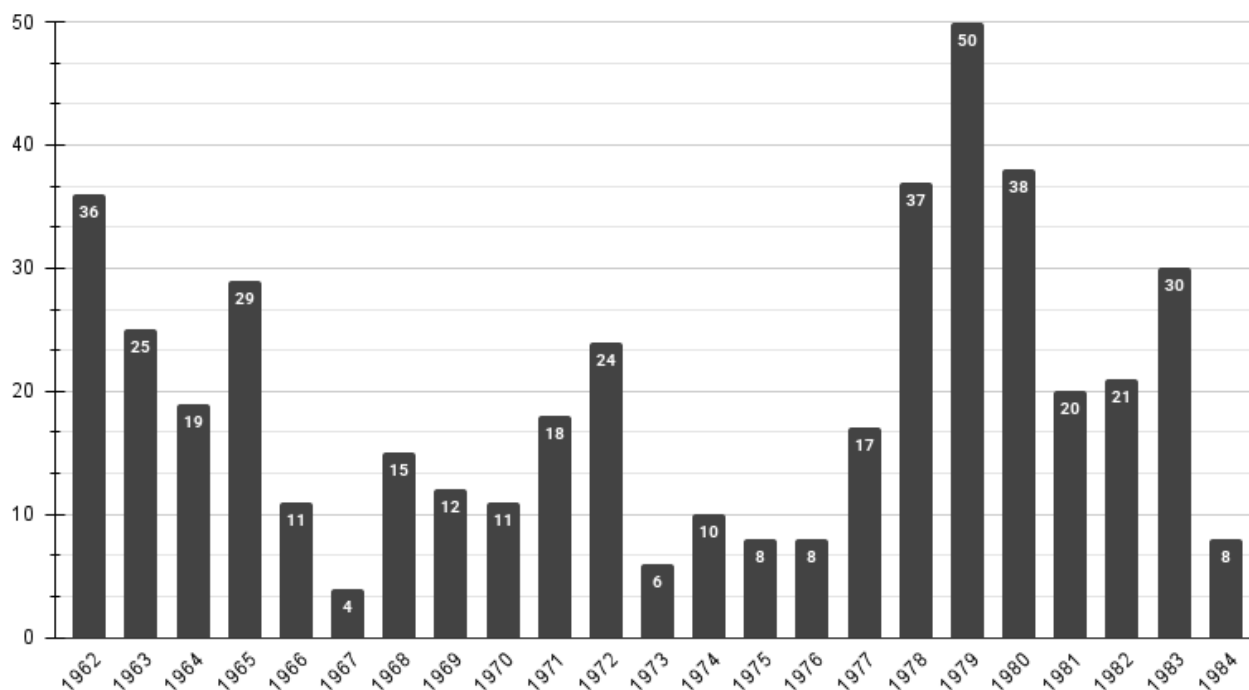
PENSAR FORA DO EIXO

toda a década de 1970 dificilmente não seria tomado pela sensação de coparticipante de um processo que havia salvado o Brasil”. Ao contrário do que ocorreu em outros jornais após o AI-5, no jornal Estado de Minas, a censura sempre foi dispensável, “tal a convergência entre a visão de seus diretores e editores e os postulados dos ocupantes do poder” (Carrato, 1996, p.96).

O escrutínio do *corpus* da pesquisa revela a veracidade da hipótese que presume a relação entre a repressão do movimento dos favelados na Ditadura Civil-Militar e a escassez de notícias relacionadas a esse tema. A análise do gráfico acerca da quantidade de notícias mencionando favelas entre 1962 e 1984 (Figura 1), reflete as fases do período ditatorial e o grau de repressão exercido por cada um dos governantes militares. Entre 1962 e 1964, há um declínio no número de reportagens relacionadas a favelas. Essa tendência contrasta-se, por um lado, à intensificação da coesão política da população favelada e, por outro, afigura-se consonante à omissão da mídia decorrente de seu alinhamento ao discurso repressivo contra a “subversão comunista”. No ano de 1965, verificou-se diversas notícias relacionadas à prisão dos principais líderes favelados — notadamente, o Padre Lage e Francisco Nascimento —, o que justifica o elevado número de notícias. Entre 1966 e 1967, já instituída a Comissão de Desfavelamento e a intervenção sobre as principais entidades representativas, há poucas notícias sobre o tema. Entre 1968 e 1970, após a promulgação do Decreto AI-5, mantém-se um pequeno número de reportagens, com enfoque para a insalubridade das favelas. Entre 1971 e 1972, cresce a quantidade de menções às favelas, principalmente em decorrência das remoções que aconteceram após o início da atuação da Chisbel. Já no período de 1973 a 1976 percebe-se um cenário de escassez de reportagens, as quais, em sua maioria, relatam queixas dos moradores das favelas. Entre 1977 e 1979, houve um grande crescimento no noticiamento sobre favelas, principalmente devido às intensas chuvas que ocorreram no período, além das discussões acerca da construção de conjuntos habitacionais para abrigar os desabrigados pelas enchentes e desapropriados pelas remoções. Já nos anos de 1980 à 1983 os debates insertos entre a atuação do Prodecom e a aprovação do Profavela impulsionam a maior veiculação de notícias sobre os favelados, defendendo o discurso de “humanização” das favelas. Em 1984, ano de regulamentação do Profavela, a pesquisa abrangeu apenas os meses de janeiro à agosto, quando se deu sua regulamentação, o que justifica a baixa quantidade de notícias.

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 1. Quantidade de notícias mencionando favelas entre 1962 e 1984



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Acervo Hemeroteca Histórica de Minas Gerais.

Para além da quantidade total de menções de favelas, analisou-se também a quantidade de notícias sobre: tentativas de ocupação, ou seja, aquelas que, uma vez reconhecidas, foram rapidamente desalojadas; surgimento de novas favelas — consideradas dessa forma sempre que a notícia de seu processo de implantação não era acompanhado daquela de seu desmantelamento — e remoções de favelas existentes. A análise pormenorizada do conteúdo calcada nessas três categorias foi feita de duas formas: a primeira usou-se como parâmetro o número de manchetes sobre o tema (Figura 2), ou seja, foram categorizadas notícias como “Despejo ameaça treze famílias de um bairro” (1982), “Chisbel desfavela Morro do Papagaio” (1978), entre outras, sem considerar a quantidade de favelas mencionadas no texto. Com base nessa análise, cada notícia contabiliza apenas uma vez no gráfico. Já no segundo método (Figura 3), contabilizou-se cada favela mencionada no corpo do texto, assim, é possível identificar que na notícia “Desapropriação preocupa favelados” (1982), por exemplo, houve remoções de quatro favelas — PTO, Itaú, Esporte Clube e Cascalho. Logo, cada reportagem pôde ser contabilizada no gráfico mais de uma vez, dependendo de quantas faveladas forem mencionadas.

PENSAR FORA DO EIXO

A análise por manchetes¹, esquematizada no gráfico da Figura 2, mostra que, apesar da forte articulação do movimento em 1962, há pouca cobertura sobre novas favelas que surgem nesse ano. Já em 1963, predominam as reportagens sobre o conjunto articulado de ocupações organizadas nas margens da BR-31 entre agosto e setembro daquele ano: Cabana do Pai Tomás, Alto dos Pinheiros, Frei Carlos Josafá, Padre Alípio, Padre Lage, Operário Estudantil e Embaúbas (Barcellos de Souza et al., 2025). Entre os anos 1964 e 1966, não obstante a conflagração do Golpe Militar, ainda há o noticiamento de surgimentos de favelas e tentativas de ocupação, em especial no ano de 1965, quando se identificam indícios de diversas ocupações organizadas em áreas distintas da cidade².

Entre 1967 e 1972, a intervenção direta nas antigas estruturas de política habitacional municipal — o antigo DBP, cujo diretor foi um dos alvos de inquérito policial em 1964 (Oliveira, 2010), perdeu sua autonomia na estrutura administrativa em 1967 e foi definitivamente extinto em 1968 — e sua substituição por uma política de desfavelamento — cuja escala seria ampliada com a criação da Chisbel em 1971 (Stacanelli; Barcellos de Souza; Maciel, 2025) — contaria com a adesão direta cobertura jornalística do Estado de Minas. Só há reportagens sobre remoções de favelas entre 1967 e 1972.

Já nos anos 1973 e 1974, há poucas, porém emblemáticas, notícias de surgimentos de favelas. Tais exceções se destacam proporcionalmente devido ao baixo número de notícias nesse período (Figura 1). Além disso, no período entre 1973 e 1977, diversos despejos coletivos foram justificados pela abertura de vias e para construção de equipamentos coletivos (Oliveira, 2014), acarretando em elevado número de remoções.

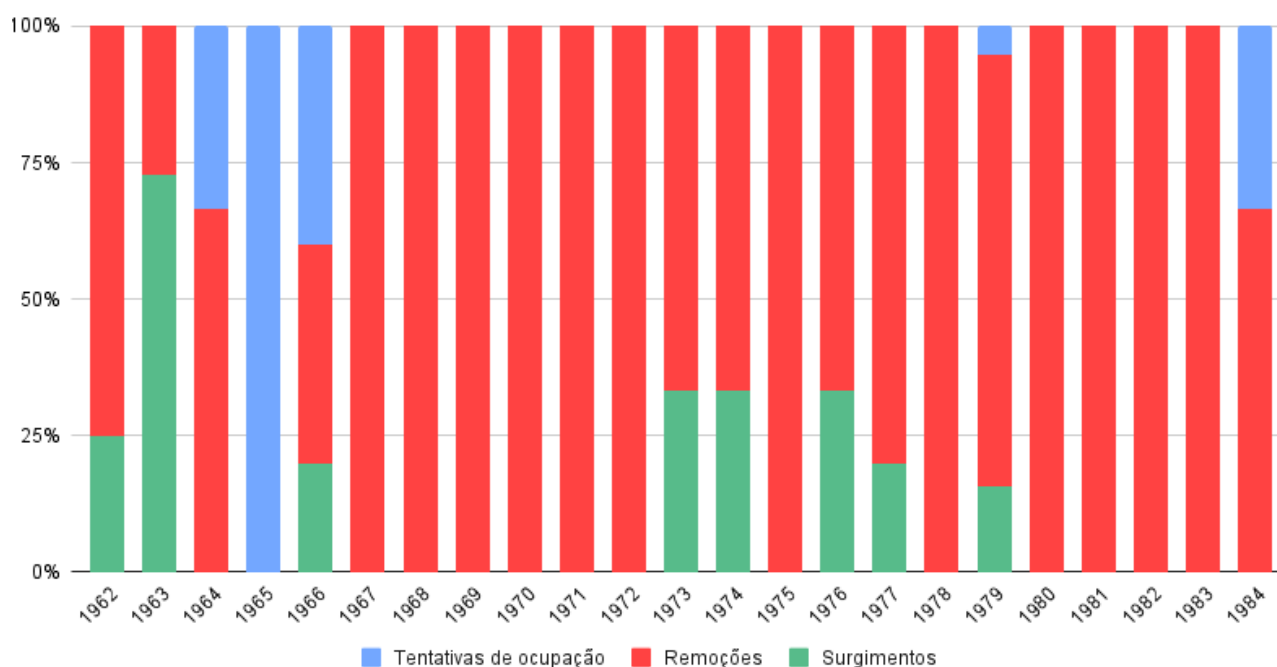
Entre 1978 e 1983, a predominância do noticiamento de remoções prova que o cenário repressivo imposto pela Chisbel se manteve, principalmente em decorrência da construção da Via Expressa (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984). Somente em 1984 percebe-se a influência da abertura

¹ Em artigo anterior publicado na Revista do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2025), foi utilizado o critério de menção às favelas sob qualquer aspecto para a elaboração dos gráficos, o que justifica a diferença entre os resultados obtidos.

² Entre os terrenos ocupados estão: Grupo Escolar René Gianetti, no Concórdia, Santa Inês e Barragem Santa Lúcia (Favelados [...], 1965); Acaba Mundo (Invadidas [...], 1965); Quinta Elza, em terreno do Atlético (Favelados [...], 1965), entre outros.

política no país e as consequências da regulamentação do Profavela, que transparecem no Estado de Minas pelo aumento no número de notícias sobre tentativas de ocupação.

Figura 2. Notícias sobre remoções e surgimento de favelas, considerando as manchetes

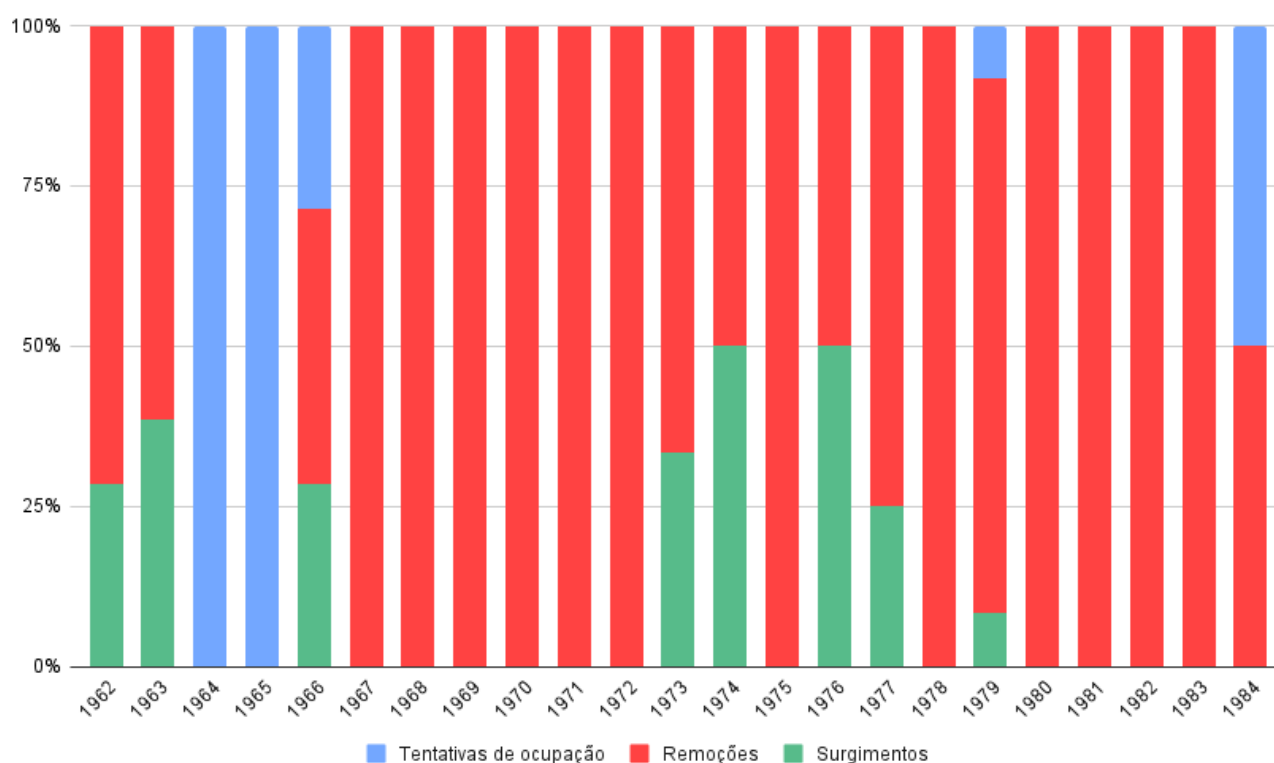


Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Acervo Hemeroteca Histórica de Minas Gerais

A análise pelas favelas mencionadas no corpo do texto, cujo gráfico é apresentado na Figura 3, reitera o cenário anterior de modo geral, com algumas particularidades. Os anos de 1964 e 1965 são marcados estritamente por notícias de tentativas de ocupação, ou seja, ocupações, sejam elas organizadas ou não, que foram rapidamente reprimidas, de modo que sua menção no texto já explicita o despejo dos favelados. Ao cruzar tal informação com o trabalho de Somarriba, Valadares e Afonso (1984) percebe-se a atenuação do aparato repressivo do Estado: dos 25.076 barracos que havia em 1965, segundo dados do levantamento elaborado pela Secretaria Estadual do Trabalho e Cultura Popular (SETCP, 1966), mais de 2 mil foram demolidos entre 1965 e 1966, ou seja, quase um décimo do total. Já entre 1967 e 1972 há uma hegemonia das notícias sobre remoções, cenário semelhante ao explicitado na Figura 2. Nos anos 1973 e 1974, os resultados encontrados, assim como no gráfico considerando as manchetes, mostram, proporcionalmente à escassa cobertura jornalística nesses anos, maior número de surgimento de favelas. A emblemática aparição de poucas notícias sobre surgimentos em meio ao cenário de supressão da

cobertura sobre favelas na cidade permanece até o ano de 1977. Os anos de 1978 a 1983 foram marcados majoritariamente por desapropriações, a abertura de avenidas como a Prudente de Moraes e a Via Expressa (Oliveira, 2014) teve grande impacto na remoção de favelas, e, conseqüentemente, no noticiário. Em 1984, o cenário é parecido com o que foi explicitado anteriormente na análise do gráfico da Figura 2.

Figura 3. Notícias sobre remoções e surgimento de favelas, considerando o corpo do texto



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Acervo Hemeroteca Histórica de Minas Gerais

1 A FTFBH E O I CONGRESSO DOS TRABALHADORES FAVELADOS

O trabalho de integração das pautas da esquerda na ótica da luta por direitos urbanos foi uma das principais contribuições da Federação dos Trabalhadores Favelados de BH (Oliveira, 2010). Nesse contexto, as Uniões de Defesa Coletiva, situadas nas cinquenta e cinco favelas vinculadas à Federação, atuaram como disseminadoras das ordens advindas da FTFBH a atuantes nas

reivindicações cotidianas dos favelados (Oliveira, 2014). Vale ressaltar que, embora possuísse interlocução com diversas frentes de esquerda, a prioridade da Federação, como afirma manchete veiculada em seu jornal, O Barraco³, sempre foi os favelados:

A Federação não está ligada a partidos políticos. Os seus componentes podem disputar as eleições, podem ter os seus candidatos. Mas a Federação não se mistura. A sua missão é defender os direitos dos favelados (Oliveira, 2010, p. 133).

Outra maneira importante de atuação da FTFBH foi a mediação com o Departamento de Bairros e Habitações Populares (DBP), órgão da Prefeitura criado em 1955, responsável pelo desfavelamento associado à construção de conjuntos habitacionais em Belo Horizonte antes de 1964. As ações do Departamento representavam a visão desenvolvimentista da administração municipal, visando a erradicação de favelas como solução para a marginalidade e insalubridade na cidade (Oliveira, 2012). Frente ao fortalecimento político da FTFBH, o projeto inicial do DBP que previa a integração da população marginalizada na sociedade por meio da assistência social e construção de habitações sociais toma novos rumos. Para além de promover melhorias pontuais em favelas — como a construção de chafarizes e mesmo de sedes de UDCs —, o DBP vai inclusive assumir o pagamento do aluguel da sede da FTFBH (Oliveira, 2010). Pressionado de um lado pela vigilância constante da FTFBH, que irá se opor ao desfavelamento, o DBP será acusado de desvios de verbas e despreparo do corpo técnico pelo Estado de Minas (Assembleia [...], 1963).

O ápice da ação da Federação se deu com o I Congresso dos Trabalhadores Favelados em 1962, que contou também com a participação de políticos, estudantes e sindicalistas (Oliveira, 2014). O Congresso marca a consolidação da luta dos favelados em busca de direitos políticos e urbanos. Tais ideais chegaram a extrapolar o território belo-horizontino por meio da interlocução com favelados de outros estados, incluindo São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Pernambuco (Trinta [...], 1962).

Em decorrência das discussões advindas do Congresso de 1962, a FTFBH assumiu protagonismo como força política catalisadora de afrontas diretos com o governo (Oliveira, 2010), utilizando, com

³ O jornal O Barraco foi o meio encontrado pela Federação dos Trabalhadores Favelados de veicular seus ideais e se comunicar com a população favelada. Publicado entre 1962 e 1964, era editado dentro do jornal O Binômio pelos próprios líderes favelados, com reportagens de teor político e humor satírico (Oliveira, 2014).

PENSAR FORA DO EIXO

mais frequência, ocupações como forma de pressão popular (Barcellos de Souza et al., 2025). Em 1963, as ocupações realizadas nas proximidades do Alto dos Pinheiros foram amplamente noticiadas no Estado de Minas, ocupando local de destaque no jornal, além de incluir, muitas vezes, fotos do local e relatos de favelados (Figura 4, Stacanelli; Barcellos de Souza; Maciel, 2025). A veiculação de tais notícias detalhadas sobre o movimento dos favelados nesse período demonstra o alto grau de mobilização dos favelados em um contexto de conquista de direitos políticos e urbanos.

Figura 4. Notícia sobre as ocupações organizadas de 1963



Fonte: Estado de Minas, 1963. Acervo Hemeroteca Histórica de Minas Gerais

2 AS TENTATIVAS DE REARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO DOS FAVELADOS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1978)

A lacuna de documentação sobre a atuação do movimento dos favelados entre 1964 e 1978, somada ao número pouco expressivo de notícias sobre favelas nos jornais nesses anos — que

PENSAR FORA DO EIXO

raras vezes ultrapassou a marca de vinte notícias por ano (Figura 1) — justificou a interpretação historiográfica pertinente à desarticulação total do movimento dos favelados após o Golpe. Entretanto, o escrutínio do noticiário da época mostra indícios de organizações representativas dos favelados mesmo nos piores anos da ditadura civil-militar.

A primeira entidade que consegue romper a barreira ideológica do Estado de Minas e se afirma publicamente após o Golpe é a União dos Moradores nas Favelas de BH (UMFBH). Dissonante da tônica do jornal, em maio de 1969, a reportagem “Morador de favela apela para a ID-4” mencionava uma convocação de uma assembleia geral dos favelados e afronte com autoridades militares devido à falta de água nas favelas (Morador [...], 1969). O fato de a nova entidade buscar interlocução diretamente com a Divisão da Infantaria da 4a Região Militar revela o quanto a solução para as questões dos favelados não passava mais pela gestão municipal.

Passados três anos, em junho de 1972, uma reportagem menciona a convocação de uma assembleia pela União dos Favelados de BH (UFBH). Em virtude da falta de documentos que mencionam a UMFBH e a UFBH, não se tem como afirmar se se trata da mesma entidade, cujo nome teria sido alterado por erro da reportagem, ou se se constituem como duas entidades distintas. A reportagem dá voz ao pleito dos favelados, recuperando a fala exata de seu informante/representante, afirmando que o evento visa discutir “as declarações do prefeito proibindo violência contra favelados que tenham de se mudar” (Favelados [...], 1972, p. 7 — trecho entre aspas no original). Como resultado, os favelados formalizaram as reivindicações por melhorias para encaminhá-las à Chisbel; entre elas estão: “água, vias de acesso, luz elétrica e assistência médica” (Favelados [...], 1972, p.7 — trecho entre aspas no original).

Em junho de 1976, há uma menção à criação da União das Favelas de BH (UFBH), que unia 13 favelas e buscava representar os direitos dos favelados e melhores indenizações. Destaca-se o uso da “estratégia de difusão de boletins informativos para conscientizar os moradores sobre o valor justo de suas habitações” (Moradores [...], 1976, p. 15 — trecho entre aspas no original). Ainda se que não se tenha certeza sobre a continuidade ou não da União dos Moradores nas Favelas de BH e da União dos Favelados de BH, sabe-se que a União das Favelas de BH transformou-se, em 1978, na União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) (Favelados [...], 1978) —

fato confirmado por Somarriba, Valadares e Afonso (1984) com base em entrevistas com suas principais lideranças.

Tais achados enriquecem as discussões presentes em trabalhos anteriores, nos quais já havia apenas referências à atuação de entidades representativas de favelas isoladas após o Golpe, como a União Prado Lopes (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984). Outrossim, problematizam a dicotomia entre a FTFBH e a UTP, comprovando a existência da continuidade do movimento dos favelados apesar da Ditadura Militar (Stacanelli; Barcellos de Souza; Maciel, 2025).

3 A UTP E O III CONGRESSO DOS TRABALHADORES FAVELADOS

A partir de 1970, intensificaram-se os conflitos urbanos em Belo Horizonte devido à atuação da Chisbel, órgão criado para coordenar a remoção de áreas faveladas (Belo Horizonte, 1971). Ao contrário da proposta do DBP, a Chisbel atuava apenas na ação de desfavelamento, sem um plano de realocação da população removida, utilizando-se do pagamento de indenizações como medida reparatória (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984). Entretanto, muita das vezes os valores indenizatórios eram insuficientes para arcar com a construção de moradias dignas em outros locais, resultando, portanto, apenas na realocação da favela, como discute Francisco Nascimento:

O desfavelamento através de indenizações além de desumano, pois muda o favelado para favelas ainda piores ainda do que aquelas em que moravam, é também suspeito, porque beneficia imediatamente depósitos de construção e empresas idôneas de loteamentos irregulares e clandestinos (Favelados [...], 1980, p. 7).

Dessa forma, a UTP protagoniza o movimento dos favelados a partir de 1978 sob direção de Francisco Nascimento, concomitante à ação da Pastoral das Favelas, por sua vez liderada por Padre Piggi (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984). Entre as principais pautas defendidas pela União estão: a luta contra despejos coletivos, a exemplo daqueles implementados pela Prefeitura para a construção da Via-Expressa na década de 80; o pagamento de indenizações justas e a aprovação de legislações como o Profavela, buscando atingir finalmente a posse da terra urbana. Em uma das declarações dadas ao Estado de Minas, Francisco Nascimento sintetiza o posicionamento da UTP que norteia seu modo de atuação:

PENSAR FORA DO EIXO

A indenização é o último recurso para nós, o que queremos é outra habitação, e para isto, existem planos federais, leis municipais e decretos para desapropriados de baixíssima renda, mas que nunca são postos em prática (Favelados [...], 1981, p. 7).

A partir de 1982, a UTP retoma mais claramente sua preocupação com a regularização da posse nas favelas — pauta que estava presente no momento em que seus líderes estavam à frente da FTFBH (Barcellos de Souza; Sudré Saidler; Carvalho, 2025). Nesse ano ocorreu o II Congresso dos Trabalhadores Favelados em BH, organizado pela Pastoral das Favelas, onde foram discutidos temas como “A verdade sobre a terra na cidade” e “A propriedade e o uso do terreno na cidade” (Pastoral [...], 1982, p. 5 — trecho entre aspas no original). Estiveram presentes líderes favelados — Francisco Nascimento e outros membros da UTP —, representantes do Prodecom (Programa de Desenvolvimento Comunitário) e da Igreja Católica de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. A interlocução com a Igreja, a partir de então, torna-se cada vez mais efetiva nas favelas, exercendo influência em seu modo de atuação e conscientização (Somarriba; Valadares; Afonso, 1984, p. 54).

Simultaneamente, desenvolvia-se junto a Superintendência de Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte uma minuta de Projeto de Lei para um Programa Municipal de Regularização de Favelas, o Profavela (Plambel, 1982). Essa legislação foi pioneira no planejamento urbano nacional para a requalificação de áreas faveladas, visando, entre outros objetivos, “a implantação e coordenação de medidas para a melhoria das condições de vida da população ocupante e sua melhor integração na vida e nos benefícios da cidade” (Belo Horizonte, 1984). A UTP envolve-se tanto nas discussões para a aprovação do Profavela, como naquelas para sua regulamentação.

Por meio da Lei Municipal 3.532/1983, criou-se a possibilidade de inserção das favelas no zoneamento municipal mediante sua identificação como Setores Especiais-4 (SE-4) e tornou-se possível a regulamentação fundiária das favelas (Afonso, 1987). Ainda que essa lei tivesse sido aprovada em janeiro de 1983, era necessário regulamentá-la, o que só ocorreria no ano subsequente após massivas manifestações dos favelados. Ao contrário da atuação das entidades representativas dos favelados durante os anos de chumbo, a pressão popular mobilizada pela UTP para a regulamentação do Profavela foi amplamente divulgada. A reportagem de julho de 1984, vista na Figura 5, mostra uma concentração de 2 mil favelados aguardando a assinatura do decreto regulamentador, com a presença de representantes da UTP, Pastoral das Favelas e Associações

PENSAR FORA DO EIXO

de Vilas de BH (Profavela [...], 1984). Verifica-se que os favelados não estavam alheios à luta jurídica que visava ampliar o direito à propriedade de terra na cidade, sendo então protagonistas para a implementação do Profavela.

Figura 5. Manifestação de favelados em prol da regulamentação do Profavela



Fonte: Estado de Minas, 1984. Acervo Hemeroteca Histórica de Minas Gerais

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da FTFBH, especialmente durante o governo João Goulart, e a posterior atividade da UTP e da Pastoral das Favelas no contexto da redemocratização foram amplamente divulgadas e estudadas devido ao seu alto grau de mobilização. Frente à ausência de informações concretas sobre a atuação de suas lideranças durante a ditadura, a historiografia tendeu a tratar o lapso entre esses dois movimentos como sinônimo da inoperância do movimento dos favelados durante os anos de chumbo.

PENSAR FORA DO EIXO

O Estado de Minas, com situação confortável em face da aniquilação de muitos dos jornais que lhe eram concorrentes antes do golpe, como o Última Hora e o Binômio (Carrato, 2015), contribuiu para a obliteração da atuação do movimento dos favelados nesse período e, por conseguinte, para a posterior narrativa de seu desaparecimento.

As raras exceções que puderam ser identificadas em suas páginas, no entanto, não apenas revelam a continuidade desse movimento, como assumem significância superior quando se considera que sua divulgação afrontava a própria linha editorial do jornal, marcada pela tranquilidade em tempos sombrios (Carrato, 1996). Não obstante, a repressão militar e a anuência da grande mídia, verifica-se portanto, a existência entidades representativas dos favelados nesse período, contestando a suposta desarticulação total do movimento: a UMFBH (1969), a UFBH (1972), e a UFBH (1976), que em 1978 se transforma na UTP (Favelados [...], 1978).

O escrutínio das notícias sobre remoções e surgimentos de favelas, principalmente por meio da análise de conteúdo das favelas mencionadas no corpo do texto, revela que somente após o AI-5 o noticiamento de novas ocupações foi suprimido. A retomada de reportagens que indicam o surgimento de novas favelas a partir de 1973, com duas menções, e em 1974, com cinco, podem indicar o aparecimento de fissuras nesse momento, antecipando o início da abertura política de Geisel.

Através dos achados expostos ao longo do presente artigo, identificam-se fios e rastros que unem a FTFBH e a UTP. A sequência de entidades representativas dos favelados de Belo Horizonte corrobora a interpretação da continuidade entre ambos os movimentos antes do golpe e após a abertura política. Revela-se que, ao contrário da narrativa corrente, o movimento dos favelados não foi totalmente desarticulado. Não obstante a prisão de seus principais líderes favelados — todos em liberdade a partir de 1968, um ano antes da afirmação pública da União dos Moradores de Favelas de BH —, o movimento logrou a ter continuidade e manteve seu padrão de organização em torno de seus representantes.

4 AGRADECIMENTOS

PENSAR FORA DO EIXO

Agradecemos à FAPEMIG pelo financiamento do projeto de pesquisa por meio do Edital Demanda Universal de 2023, ao CNPq pela concessão de Bolsa de Iniciação Científica e aos funcionários da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e da Fundação João Pinheiro.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. R.; AZEVEDO, S. Cidade, Poder Público e Movimento dos Favelados. In: POMPERMAYER (org.). **Movimentos Sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

ATENTADO ao direito de propriedade em plena capital. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 setembro 1963, p.5

ASSEMBLEIA domingo dos favelados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 3 outubro 1963.

BARCELLOS DE SOUZA, Gisela; SUDRÉ SAIDLER, Marcos Felipe; CARVALHO, Lara. **Entre a reforma urbana e o bem comum**: a construção de um projeto de lei precursor para regularização de favelas, Belo Horizonte, 1963. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO (SHCU), 18., 2024, Natal. Anais [...]. Natal: SHCU, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELO HORIZONTE. **Lei 1966, de 10 de agosto de 1984**. Cria o "Programa Municipal De Regularização De Favelas - Profavela", dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1984/477/4762/decreto-n-4762-1984-cria-o-programa-municipal-de-regularizacao-de-favelas-profavela-dispoe-sobre-sua-regulamentacao-e-da-outras-providencias?q=profavela>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BELO HORIZONTE. **Lei 1966, de 22 de setembro de 1971**. Cria a Coordenação da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte - Chisbel -, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1971/200/1996/lei-ordinaria-n-1996-1971-cria-a-coordenacao-da-habitacao-de-interesse-social-de-belo-horizonte-chisbel-e-da-outras-providencias?q=chisbel>. Acesso em: 26 mar. 2026.

CARRATO Ângela. **A “amena” casa de Assis. Papel e atuação do jornal Estado de Minas na década de 60**. Dissertação (mestrado). Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 1996,.

CARRATO Ângela. A agonia dos Diários e Emissoras Associados. **Observatório da Imprensa**, n. 833, jan 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed833-a-agonia-dos-diarios-e-emissoras-associados/> Acesso em: 5 abril 2026.



PENSAR FORA DO EIXO

CHISBEL desfavela Morro do Papagaio. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 setembro 1978, p. 5.

DESAPROPRIAÇÃO preocupa favelados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 18 março 1982, p. 9.

DESPEJO ameaça treze famílias de um bairro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16 outubro 1982, p. 6.

LAGE, Francisco. **O padre do diabo** - A igreja ausente na hora de mudar. Rio de Janeiro: EMW, 1988.

FAVELADOS aplaudem o fim da violência. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 3 junho 1972, p. 7.

FAVELADOS criam nova associação. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 agosto 1978, p. 5.

FAVELADOS ganham duas áreas. uma no anel e outra na betânia. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 maio 1980, p. 7.

FAVELADOS querem indenização de noventa mil por cômodo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 1 dezembro 1981, p. 7.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

MORADOR de favela apela para a ID-4. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 4 maio 1969, p. 14.

MORADORES de 13 favelas criam uma nova identidade. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 junho 1976, p.15.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964)**. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 100-120, 2012.



PENSAR FORA DO EIXO

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Trabalhadores favelados”**: Identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado), Fundação Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

PASTORAL reúne os favelados de BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 abril 1982, p.5.

PLAMBEL, **PROFAVELA - Programa de Regularização de Favelas**. Belo Horizonte: Plambel, ago. 1982.

PROFAVELA: prefeito vai iniciar regulamentação. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 julho 1984, p. 7.

SETCP - SECRETARIA ESTADUAL DO TRABALHO E CULTURA POPULAR - DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR. **Levantamento da população favelada de Belo Horizonte**: dados preliminares. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1966. Notação: FJP02-003698.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica & AFONSO, Mariza Rezende. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes, 1984.

STACANELLI, Sofia; BARCELLOS DE SOUZA, Gisela; MACIEL, Isabela. Do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Favelados ao Surgimento da Chisbel: Favelas e favelados na mídia em Belo Horizonte (1962-1971). **Revista do APCBH**. 52., 2025, Belo Horizonte.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

TRINTA MIL FAVELADOS FARÃO CONGRESSO PARA CONSEGUIR CASA, ESCOLA E PÃO. **Última Hora**, Belo Horizonte, 4 abril 1962, p. 3.